



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



Juízo de Origem: 2ª Vara Cível de Recife  
Recurso de Agravo Regimental nº 0008735-23.2013.8.17.0000 (0312280-5)

Agravante: JANAÍNA FERREIRA DA SILVA

Agravada: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

**EMENTA: RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR. ARGUIÇÃO DE NULIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA E TEMPORAL. REJEITADA. MÉRITO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. DECISÃO RECORRIDA QUE SE ENCONTRA NO MESMO SENTIDO DA ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.**

1. PRELIMINAR DE NULIDADE DA PUBLICAÇÃO DO DJE 139/2013- Eventual nulidade constatada pela parte deve ser argüida na primeira oportunidade que lhe couber falar aos autos, sob pena de preclusão. (EDcl no Ag 1.133.240/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgado em 3.9.2009, DJe 14.9.2009.) Preliminar rejeitada à unanimidade de votos.
2. MÉRITO- Preenchidos todos os requisitos do § 1º do art. 739-A do CPC, faz jus o embargante a atribuição do efeito suspensivo aos embargos à execução por este propostos.
3. Agravo Regimental Improvido à unanimidade de votos.

**ACORDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de AGRAVO REGIMENTAL nº 0008735-23.2013.8.17.0000 (Nº 0312280-5), em que é agravante **JANAÍNA FERREIRA DA SILVA** e agravado **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**, acordam os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara Cível, à unanimidade, rejeitar a preliminar apontada, referente à nulidade da publicação efetuada no DJE 139/2013 do dia 01/08/2013, e quanto ao mérito, também à unanimidade, negar provimento ao Recurso de Agravo Regimental, mantendo a decisão terminativa em todos seus termos, estando tudo de acordo com as notas taquigráficas, votos e demais peças processuais que passam a integrar este julgado.

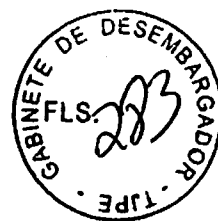
Recife, 24 de setembro de 2013

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1ª Câmara Cível

Juízo de Origem: 2ª Vara Cível de Recife

Recurso de Agravo Regimental nº 0008735-23.2013.8.17.0000  
(0312280-5)

Agravante: JANAÍNA FERREIRA DA SILVA

Agravada: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

RELATÓRIO E VOTO

**JANAÍNA FERREIRA DA SILVA**, interpôs o presente **RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL** irresignada com decisão monocrática, proferida em sede de agravo de instrumento, interposto por **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**, na qual foi dado provimento ao recurso, nos limites da fundamentação, para conceder efeito suspensivo aos embargos à execução, propostos pelo agravante, na forma do §1º do artigo 739-A do CPC. (fls. 257 e seg. do recurso de agravo de instrumento apenso)

Contra esta decisão insurge-se a embargada/agravante requerendo o conhecimento e provimento do recurso para reformar a decisão terminativa vergastada.

Na origem o juízo da 2ª Vara Cível de Recife deixou de atribuir aos embargos à execução efeito suspensivo.

Argui a recorrente a nulidade da publicação da decisão que negou o efeito suspensivo aos embargos assim como dos atos praticados em sua decorrência. Assim, requer, preliminarmente, o chamamento do feito à ordem para que seja declarada sem efeito, diante da nulidade, a publicação do dia 01/08/2013 e, em via de consequência, sejam declarados também nulos de pleno direito todos os atos praticados em sua decorrência, inclusive o agravo de instrumento interposto pela Mongeral.

Requer, ainda, a determinação da liberação dos valores bloqueados diante da plausibilidade do direito apresentado e decorrência do erro dos serventuários em não ter atentado pela ausência do nome dos causídicos, da ora agravante/embargada, quando da publicação da decisão, o que ocasionou prejuízo haja vista já ter, inclusive, decisão em sede de agravo de instrumento referido, contra a qual se interpõe o agravo regimental.

Nº 08/06



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



Em que pese à tese levantada, referente à nulidade da publicação e, em via de consequência, a nulidade de todos os atos dela decorrentes, pleiteia a reconsideração da decisão, de modo que seja negado provimento ao agravo de instrumento, de forma que não seja atribuído efeito suspensivo aos embargos à execução, sob o argumento de não estarem preenchidos os requisitos do § 1º do art. 739-A do CPC.

Ao final, pugna a agravante para que sejam os autos levados à apreciação desta Câmara para ser dado provimento ao pedido de reforma da decisão monocrática, objeto do presente agravo regimental. (fls. 264 e seg.)

É o essencial a relatar.

Recebo o recurso por preenchidos os pressupostos de admissibilidade.

Ab initio, com relação a preliminar apontada de nulidade da publicação, cuido de colacionar o despacho vergastado, em sede de agravo de instrumento, e publicado no Diário de Justiça Eletrônico 139/2013 no dia 01/08/2013, senão vejamos:

Processo Nº: 0006185-92.2013.8.17.0990

Natureza da Ação: Embargos à Execução

Embargante: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

Advogado: PE026327D - Luana Nathaly Pereira

Advogado: PE000665B - Clávio de Melo Valença Filho

Embargado: JANAINA FERREIRA DA SILVA

Despacho: "R.H. Recebo os embargos sem atribuir efeito suspensivo à execução, tendo em vista que não estão presentes os pressupostos para concessão da medida, previstos no § 1º do art. 739-A do CPC. Intime-se o embargado para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias." Olinda, 25 de julho de 2013. CLIMÉRIO GUTEMBERG SILVA DE OLIVEIRA - Juiz de Direito<sup>1</sup>

<sup>1</sup> <https://www.tjpe.jus.br/dje/djeletronico>



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



De início, afasto as alegações supramencionadas por força do instituto da preclusão.

As nulidades argüidas de ausência de ausência do nome dos advogados da parte embargada a fulminar o executivo não merecem prosperar, vez que a embargada/agravante deixou de argüir no momento oportuno seu pretense direito.

O instituto da preclusão tem previsão contida no Código de Processo Civil:

"Art. 183. Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa."

Podemos encontrar tal instituto, ainda, no art. 245 do mesmo Código, que diz o seguinte:

"Art. 245. A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão."

Para Fredie Didier JR. (Curso de Direito Processual Civil) "A preclusão temporal consiste na perda do poder processual em razão do seu não exercício no momento oportuno; a perda do prazo é inércia que implica preclusão (art. 183, CPC)."

A maioria dos autores, baseada nas lições de Giuseppe Chiovenda, classifica a preclusão como sendo a perda da faculdade de praticar determinado ato processual. Segundo LUIZ GUILHERME MARIRONI, "... a preclusão consiste - fazendo-se um paralelo com figuras do direito material, como a prescrição e a decadência - na perda de "direitos processuais", que pode decorrer de várias causas. Assim como acontece com o direito material, também no processo a relação jurídica estabelecida entre os sujeitos processuais pode levar à extinção de direitos processuais, o que acontece, diga-se, tão freqüentemente quanto em relações jurídicas de direito material. A preclusão é o resultado dessa extinção, e é precisamente o elemento (aliado à ordem legal dos atos, estabelecida na lei) responsável pelo avanço da tramitação processual." (MARIRONI, Luiz Guilherme. Manual do Processo de Conhecimento, cit., p. 665.)



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



De início, afasto as alegações supramencionadas por força do instituto da preclusão temporal.

As nulidades argüidas de ausência de ausência do nome dos advogados da parte embargada a fulminar o executivo não merecem prosperar, vez que a embargada/agravante deixou de argüir no momento oportuno seu pretensão direito.

O instituto da preclusão tem previsão contida no Código de Processo Civil:

"Art. 183. Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa."

Podemos encontrar tal instituto, ainda, no art. 245 do mesmo Código, que diz o seguinte:

"Art. 245. A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão."

Para Fredie Didier JR. (Curso de Direito Processual Civil) "A *preclusão temporal* consiste na perda do poder processual em razão do seu não exercício no momento oportuno; a perda do prazo é inércia que implica preclusão (art. 183, CPC)."

A maioria dos autores, baseada nas lições de Giuseppe Chiovenda, classifica a preclusão como sendo a perda da faculdade de praticar determinado ato processual. Segundo LUIZ GUILHERME MARIRONI, "... a preclusão consiste - fazendo-se um paralelo com figuras do direito material, como a prescrição e a decadência - na perda de "direitos processuais", que pode decorrer de várias causas. Assim como acontece com o direito material, também no processo a relação jurídica estabelecida entre os sujeitos processuais pode levar à extinção de direitos processuais, o que acontece, diga-se, tão freqüentemente quanto em relações jurídicas de direito material. A preclusão é o resultado dessa extinção, e é precisamente o elemento (aliado à ordem legal dos atos, estabelecida na lei) responsável pelo avanço da tramitação processual." (MARIRONI, Luiz Guilherme. Manual do Processo de Conhecimento, cit., p. 665.)



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



Ainda relativamente à preclusão temporal, Humberto Theodoro Júnior leciona que:

*"O processo é um caminhar sempre para frente, subordinando-se a prazos contínuos e peremptórios (art. 178 e 183). 'Em processo, a capacidade da parte está sempre condicionada pelo tempo'. Assim, 'decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato' (art. 183)".*

*Tem-se, de tal forma, a preclusão temporal, que se apresenta como "um dos efeitos da inércia da parte, acarretando a perda da faculdade de praticar o ato processual". (JUNIOR, Humberto Theodoro, Curso de Direito Processual Civil, Volume I, 41ª edição. Rio de Janeiro: Forense).*

Registre-se, ademais, que, em nenhuma das oportunidades, suscitou a embargada/agravante eventual nulidade, tampouco formulou ou reiterou pedido com relação a este aspecto, aceitando tacitamente que as publicações fossem realizadas sem o nome dos patronos constituídos nos autos, somente vindo argüir tal nulidade, em sede de agravo regimental.

A bem da verdade, no caso dos autos, tal nulidade não foi argüida em momento oportuno.

A Jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça é uníssona acerca da hipótese descrita. Com pertinência, colaciono o seguinte julgado, *in verbis*:

**"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. RECURSO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. FUNGIBILIDADE RECURSAL E ECONOMIA PROCESSUAL. ARGÜIÇÃO DE NULIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA.**

**1. Eventual nulidade constatada pela parte deve ser argüida na primeira oportunidade que lhe couber falar aos autos, sob pena de preclusão.**

**2. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, a que se nega provimento."**

**(EDcl no Ag 1.133.240/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgado em 3.9.2009, DJe 14.9.2009.)**

Nº 08/06



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

Bem por isso, não possui a agravante fundamento plausível capaz de modificar a decisão agravada.

Com base no exposto, rejeito a preliminar apontada.

Quanto ao mérito, não vislumbro possibilidade de retratação do julgado desafiado.

Adianto, pois, que não vejo qualquer fato novo ou relevante a modificar o entendimento estampado na decisão combatida.

A toda evidência as razões do recurso foram motivadamente examinadas e decididas, restando superada a insurgência da Agravante, à luz dos fundamentos constantes no ordenamento jurídico pátrio e também no entendimento predominante do STJ.

Ademais, como não houve inovação nos argumentos suscitados no presente agravo regimental, capaz de alterar a compreensão explicitada na decisão terminativa desafiada, reporto-me as razões de decidir e dispositivo da decisão proferida.

Portanto, adoto como fundamentos do meu voto os mesmos nela contidos, transcrevendo-a na oportunidade:

**Assim restou decidido:**

"Abro parêntese, inicialmente, para afastar a alegação de ser o presente recurso extemporâneo, pois apresentado antes de publicadã a decisão combatida (fl.27).

Cuido não se coadunar com a realidade a alegação do nobre causídico representante da agravada, tendo em vista que a decisão combatida, que recebeu os embargos sem atribuir efeito suspensivo à execução, foi efetivamente publicada no DJE 139/2013, publicado em 01/08/2013. Ressalto, ainda, que a



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



certidão de fls. 25 se refere, especificamente, à decisão guerreada.

Portanto, afasto tal preliminar de extemporaneidade do presente recurso, pois perfeitamente preenchidos os requisitos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade recursal. Passo, de logo, à análise meritória do Recurso.

Sobre o tema primordial do presente agravo de instrumento, é curial destacar que a nova sistemática advinda com a Lei nº 11.382/06 alterou a regra geral de processamento dos embargos à execução, que passam a tramitar via de regra sem efeito suspensivo, conforme dispõe o *caput* do art. 739-A do Código de Processo Civil.

Dessa forma, os embargos somente suspenderão à execução de forma excepcional, exigindo-se a presença dos requisitos previstos no § 1º do art. 739-A do CPC, *in verbis*:

“§ 1º - O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando, sendo relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado grave dano de difícil reparação, e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.”

O dispositivo em tela dispõe que o efeito suspensivo poderá ser deferido desde que presentes os requisitos do § 1º, do art. 739-A, do CPC, de forma cumulativa, não se inserindo no âmbito da discricionariedade do julgador.

Colho, a propósito, os ensinamentos de Araken de Assis em sua obra Manual da Execução, 11ª edição, Ed. Revista dos Tribunais, 2006/2007, pág. 455:

“O art. 475-M e o art. 739-A, caput, inverteram a regra clássica do efeito suspensivo op legis parcial ou total. Em princípio, a impugnação carece de efeito suspensivo, incumbindo ao órgão judiciário, a requerimento do impugnante ou do embargante, conceder-lhe tal atributo, mediante a obrigatória e rigorosa conjugação de dois requisitos comuns às duas formas de oposição: (a) a relevância dos fundamentos; (b) o prosseguimento da execução, na pendência da impugnação, se mostrar ‘manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação. No caso dos embargos, há um terceiro: a existência de penhora, de depósito



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



(dinheiro ou da coisa certa) ou de caução (oferecida pelo executado) suficientes. O último pressuposto não se aplica aos embargos oferecidos pela Fazenda Pública.

Para outorgar efeito suspensivo, requer-se a conjugação desses requisitos. Porém, verificados os pressupostos, nenhuma discricção é dada ao juiz, devendo suspender a execução. Inversamente não se caracterizando os pressupostos, ou existindo tão-só um deles, deverá o juiz negar efeito suspensivo à impugnação. A respeito, não há qualquer discricção. A atividade do órgão judiciário não se afigura discricionária, no sentido exato e preciso do termo, mas vinculada à única resolução correta que lhe cabe tomar em razão do seu ofício: ou bem se verificam os elementos de incidência, hipótese em que suspenderá a execução; ou não se verificam tais elementos, caso em que a lei proíbe suspender a marcha da execução."

Do quanto foi exposto, tem-se que uma vez preenchidos os requisitos do art. 739-A §1º do Código de Ritos é direito da parte embargante que seja atribuído aos embargos manejados a suspensividade prevista na lei.

No caso concreto, tenho que houve a garantia do juízo pelo Embargante, conforme se depreende do documento de fls. 192/208, dos autos, o qual demonstra ter colacionado seguro garantia no importe de R\$ 448.649,01 (quatrocentos e quarenta e oito mil, seiscentos e quarenta e nove reais e um centavo), que corresponde ao valor histórico executado devidamente atualizado. Não obstante tal garantia ter sido considerada inidônea pelo magistrado de 1º grau, posteriormente o mesmo determinou bloqueio judicial da quantia devida através do sistema BACEN JUD, fls.235, obtendo sucesso na empreitada. Ou seja, o juízo está efetivamente garantido estando preenchido um dos requisitos essenciais do art. 739-A, do CPC.

Em relação à possibilidade de dano ao Recorrente/Embargante de difícil ou incerta reparação com o prosseguimento da execução embargada, tenho que também este requisito restou preenchido, posto que se depreende dos autos que a Agravada/Embargada litiga sobre o pálio da assistência judiciária gratuita, fl.175, o que nos trás fortes indícios de que uma vez levantada a quantia bloqueada pelo juízo, dificilmente teria a Recorrida/Embargada condições de ressarcir o Agravante/Embargante, num eventual acolhimento dos

Nº 08/06



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



presentes embargos e consequente extinção da execução proposta.

Desta feita, através dos fundamentos apresentados, tem-se por relevantes os argumentos trazidos nos embargos ora analisados, ressaltando-se que a análise dos fatos ora realizada é perfunctória, não exauriente, própria do presente momento processual.

Logo, restaram preenchidos todos os requisitos do §1º do art. 739-A do CPC, fazendo *jus* ao Agravante/Embargante a atribuição do efeito suspensivo aos embargos a execução por este propostos. Sobre o tema colaciono os seguintes julgados:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS. EXAME DE MATÉRIA FÁTICA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.**

1.- Por não se tratar de direito absoluto, porquanto a declaração de pobreza implica simples presunção *juris tantum*, pode o magistrado, se tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado, exigir-lhe que faça prova de sua situação.

2.- A revisão do Acórdão recorrido, que indefere o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita, demanda reexame do conjunto fático-probatório delineado nos autos, providência inviável em âmbito de Recurso Especial, incidindo o óbice da Súmula 7 deste Tribunal.

3.- É facultado ao magistrado, nos termos do artigo 739-A, § 1º, do Código de Processo Civil, atribuir efeito suspensivo aos Embargos quando, sendo relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação, exigindo-se, ainda, que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução.

4.- A comprovação do alegado *periculum in mora*, necessário à concessão de efeito suspensivo, demandaria incursão na seara fática. Incide a Súmula 7 desta Corte. Precedentes.

5.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 241.088/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2012, DJe 04/12/2012)

Nº 08/06



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



**AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PENHORA. EFEITO SUSPENSIVO.** Via de regra, a oposição de embargos não tem o condão de suspender a execução, consoante preceitua o artigo 739-A do CPC, exceto se forem relevantes os fundamentos ponderados pela parte devedora, o prosseguimento da demanda executiva possa causar grave dano de difícil ou incerta reparação, e desde que a execução já esteja garantida. No caso em exame, mostram-se relevantes os argumentos suscitados pela embargante, além de que a execução está garantida por penhora. Agravo de instrumento provido, de plano. (Agravo de Instrumento Nº 70055595573, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 16/08/2013)

Sendo assim, assiste razão ao inconformismo do Agravante, merecendo ser reformada a decisão prolatada pelo d. Juízo de Primeiro Grau para que seja concedido aos embargos à execução em análise o efeito suspensivo pretendido.

Posto isto, segundo dicção do art. 557, §1-A, do CPC c/c o Art. 74, VIII, do Regimento Interno deste Tribunal, **DOU PROVIMENTO** ao Recurso para, nos limites da fundamentação, conceder efeito suspensivo aos embargos à execução propostos pelo Agravante no forma do §1º do art. 739-A do CPC."

Diante do exposto voto pelo **IMPROVIMENTO DO RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL** para manter a decisão terminativa de fls. 257/261 proferida no Agravo de Instrumento em apenso.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena  
Relator